

O brasileiro, eternamente

na - Brasileira condenado a apertar o cinto

Finalmente guindados ao poder, antigos economistas de oposição, amados de "progressistas", estão velando uma face que a opinião pública não conhecia. Agora, dizem de salários provocam inflação, e condenam até os reajustes trimestrais. E pior ainda, são ao mesmo tempo contra a queda da inflação e esta última "posição" já podia ser detectada em análises, livros, entrevistas desses economistas. Daí esta coluna, nos últimos meses, ter chamado a atenção para ela.

O que isto significa para a classe média brasileira, para a massa trabalhadora em geral? A conclusão é óbvia, como se pode demonstrar: o povo brasileiro está condenado, também por esses economistas, a não ter uma remuneração condigna por seu trabalho, na melhor das hipóteses; ou a viver de cinto apertado, mergulhado em problemas de sobrevivência, como regra geral. O povo brasileiro, em resumo, está condenado a não participar dos resultados do crescimento econômico, como ocorreu em outros países, porque também os economistas chamados de oposição, agora no poder, são partidários da concentração da renda, ou de sua distribuição a níveis muito inferiores aos possíveis no estágio de desenvolvimento que o País atingiu. Qual o seu objetivo? Eles acham que o importante é crescer, a economia crescer (embora, no passado, dissessem que "povo não come PIB") e acham que esse é o preço a ser pago.

É fundamental que a classe média e a massa trabalhadora — e seus representantes no Congresso Nacional — tenham essa questão de forma bem clara em suas mentes, pois nes-

te momento estão sendo definidos os caminhos que o País trilhará daqui para a frente, em matéria de política econômica (que acaba determinando também o quadro social no País). Tente-se dissecá-la, inicialmente a partir de fatos recentes:

1. O Governo é contra os reajustes trimestrais, afirmando que eles acelerariam a inflação;

2. Ministros dizem, publicamente, que a prioridade é a "retomada do crescimento", e que não haverá nenhum esforço especial para derrubar a inflação — repisando um falso dilema, entre "crescer" ou "combater a inflação". Isto, publicamente. Em conversas reservadas, Ministros e assessores dizem que uma inflação alta, mesmo de 200 por cento, ou uma faixa dos 10 por cento ao mês, não é problema. Segundo eles o que incomoda é uma inflação "instável", com taxas que subam ou desçam, de um mês para outro. Por que? Por que com uma inflação alta, porém estável (esse o ponto de partida de seu raciocínio), as empresas têm condições de planejar seu futuro próximo ou a médio prazo do mesmo jeito, já que não há imprevistos. Pasmese, mas é a realidade: nas equações dos economistas "progressistas", que o raciocínio se completa — de que o essencial é que elas tenham "tranquilidade" (com a inflação estável) para investir — porque são os seus investimentos que garantem a "retomada do crescimento". Para quem não entendeu ainda, sintetize-se: os "progressistas" dizem querer o crescimento econômico, e o caminho para o crescimento seria a retomada dos investimentos pelas empresas, que podem perfei-

tamente ser planejados, com uma inflação alta, porém estável. E o povo, o chefe de família massacrado pelos reajustes diários de preços? Eles não entram nessas equações? Entram sim. Mas de forma ingloria — e é isso que a classe média, a massa trabalhadora, precisa entender de uma vez por todas, neste País. Na verdade, a "simpatia" dos economistas do Governo pela inflação alta, juntamente com as suas afirmações de que é preciso conter os reajustes salariais, é maquiavélica: a intenção é exatamente fazer com que a massa trabalhadora continue a pagar o pato, a financiar o tal "crescimento da economia".

Como assim? É elementar: esses economistas sabem muito bem que as empresas aumentam seus preços no dia a dia, ou, no caso de setores com preços controlados pelo Governo, a cada 30 ou 45 dias — isto é, elas podem compensar os aumentos de custos enfrentados a cada dia, ou a cada mês — mantendo sempre o seu nível de lucros, ou mesmo aumentando-o. Esses lucros, é claro, são ganhos às custas de alguém: no caso, o consumidor, a família de classe média, a massa trabalhadora, que entregam sempre uma parte de seus salários, ou renda, para comprar uma quantidade cada vez menor de mercadorias (para garantir o mesmo lucro das empresas). Tudo se passa, assim, como se os consumidores doassem, transferissem, uma parte de seu salário ou renda para as empresas, enquanto as empresas ficam mais ricas. Via lucros. Se as empresas tivessem que dar reajustes mensais de salários as perdas para a classe média e a massa trabalhadora, evidentemente, se-

riam muito menores — mas os ganhos das empresas, com inflação, também seriam menores. E é isso que não interessa também aos novos ocupantes de postos no Governo: eles querem que a inflação não caia, que os salários continuem a ser reajustados a cada seis meses, para que as empresas lucrem ("se capitalizem", no linguajar técnico), e invistam para "a economia crescer". Eles querem mesmo, em síntese, essa transferência de renda.

É fundamental que a opinião pública, a classe média e a massa trabalhadora entendam isso, neste momento. O que está em cena não é "incompetência" para combater a inflação, ou "impotência" para derrubar a inflação brasileira. O que está em cena é uma "filosofia" de política econômica; seus defensores acreditam que a inflação alta é um bem, pois aumenta os lucros das empresas, e lhes permite investir — as custas da população como um todo. É esse o caminho para a "retomada do crescimento" escolhido também pelos chamados economistas "progressistas". O Presidente da República estará de acordo com a "estratégia"? O Congresso Nacional sabe disso? Concorde em que que é esse o caminho para crescer economicamente — ou acredita que o País precisa de desenvolvimento econômico, com correção das terríveis injustiças sociais e reversão do processo de concentração da renda?

É esse o debate fundamental para o País, neste momento. Vamos esquecer um pouco o FMI, o tal rombo do tesouro, e debater os caminhos desejáveis para a recuperação econômica. Antes que seja tarde.